

COSTA, Antonio Max Ferreira da; NASCIMENTO, José Mateus do. Entre as frutas e o dinheiro: historiografia do trabalho na sociedade capitalista brasileira. In: NASCIMENTO, José Mateus do; SILVA, José Moisés Nunes da (Org). **Educação Profissional e contradições sociais**: pontos e contrapontos. Natal: Editora FAMEN, 2019. p. 97-107. DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc10>

Capítulo 10

**ENTRE AS FRUTAS E O DINHEIRO:
HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA**

*Antonio Max Ferreira da Costa¹
José Mateus do Nascimento²*



Fonte: Antonio Max Ferreira da Costa.

RESUMO

O capítulo trata de uma reflexão historiográfica da categoria trabalho, tecida a partir de uma fotografia intitulada “Entre as frutas e o dinheiro...”. Tem por objetivo refletir sobre os conceitos e as relações comerciais empreendidas na sociedade

¹ Mestre em Educação. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: a.maxcosta@gmail.com.

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

capitalista brasileira. O escrito iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica de teóricos do materialismo histórico dialético, depois se fez leitura e interpretação crítica da fotografia, enquanto fonte documental, articulando-as com as ideias dos estudiosos da educação, da história, da educação profissional e das ciências humanas e sociais. A fotografia é uma produção histórica que representa uma realidade, responsável por desenhar com luz e evidenciar o contraste de elementos do capital monetário e do capital cultural no contexto plural de trabalho de uma feira livre, eternizando a realidade social como documento iconográfico.

Palavras-chave: Historiografia. Trabalho. Sociedade capitalista.

INTRODUÇÃO

O capítulo trata de uma reflexão sobre a historiografia³ do trabalho, tecida a partir de um registro fotográfico, intitulado de “Entre as frutas e o dinheiro...” O olhar empreendido na fotografia foi de compreender como se dão as relações de trabalho no contexto da sociedade capitalista, bem como, as trocas comerciais de venda e compra.

Para construir essa tessitura, fez-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica, buscando na historiografia, a temática “trabalho”, seguindo desde a gênese, iniciada no período da escravidão até o modo de produção capitalista brasileiro, modelo político e econômico alicerçado na alienação do trabalhador e na estratificação da sociedade, dividindo-as por classes.

Concluída a etapa da problematização dos conceitos, partiu-se para a leitura da fotografia, entendida como fonte documental e, por isso, lida, interpretada e criticada, na articulação com a teoria dos pensadores filiados a narrativa do texto.

O capítulo se organiza em três sessões. A primeira trata da construção da historiografia da categoria trabalho, apresentando uma reflexão teórica sobre o conceito de trabalho na concepção de Marx e teóricos que corroboram com essa linha de pensamento. A segunda, expõe o modo de produção capitalista na sociedade, e na última, discute as impressões e os sentidos tecidos “Entre as frutas e o dinheiro...” interpretando a fotografia. Na sequência, seguem as considerações finais e as referências para aqueles que desejam aprofundar a temática.

³ Historiografia seria a construção narrativa dos resultados da pesquisa histórica, realizada a partir do controle metódico de investigação empírica e de crítica documental, afirmou Cordeiro (2015).

A fotografia segundo Kossoy (2001) é uma fonte documental histórica, resíduo do passado e um artefato que contém em si fragmentos determinados da realidade registrada fotograficamente. A fotografia possibilita ao pesquisador ler, interpretar e criticar o contexto social, e mais que isso, problematizar sobre o dito e o não dito implicados na iconografia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Historiografia da categoria trabalho

A historiografia brasileira inaugura sua análise tendo como marco cronológico o final do século XIX e início do século XX. Esse tempo compreende o período da história do trabalho compreendido como livre assalariado, termo utilizado por Lara (1998). A partir dessa afirmação questiona-se: será que antes desses séculos apontados não existia trabalho no Brasil, e se sim, porque ele não aparece na história do nosso país?

Conforme Lara (1998) a história social do Brasil contém em si, um processo de exclusão, nela não consta referência ao trabalho escravo. Com base nas ideias de Lara (1998), os escravos foram trabalhadores que durante séculos foram responsáveis pela produção e geração de riquezas no Brasil, mas que na escrita da história heroica e conservadora, foram ignorados.

A gênese do trabalho no Brasil se dá na oposição entre a escravidão e a liberdade, demarcado pelo final do século XIX. Nesse tempo acontece a substituição do trabalho escravo pelo denominado trabalho livre em que o trabalhador se altera, passando a ser homem branco e imigrante. Nessa relação de oposição, indaga-se: existe uma historiografia da transição, já que os fatos caminham a uma suposta ruptura entre o trabalho escravo e o trabalho livre?

[...] a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos

encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. O próprio termo “substituição” chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes. (LARA, 1998, p.27).

Como se pode visualizar a historiografia do trabalho brasileiro, tem sua inauguração no espaço da contradição, ou seja, se oculta e excluiu um grupo minoritário e apresenta-se outro grupo, o trabalhador branco e o imigrante. Nesse argumento, o trabalho e suas contradições são alicerçados sob a influência das ideias liberais⁴ que reforçavam os movimentos abolicionista e republicano no Brasil.

Realçada a condição histórica da gênese do trabalho construída na sociedade brasileira é chegado o momento de problematizar sobre o que é trabalho e sobre suas classificações ou tipos. Karl Marx apoia a definição da categoria trabalho a partir da ideia:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. [...] Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p.51).

Nota-se em Marx (1985) uma diferença entre o homem e o animal por meio da capacidade de trabalho. A “[...] distinção é marcada, especificamente, a partir da liberdade perante o objeto e pelo fato de o trabalhador possuir um caráter universal” (LIMA, 2011, p. 350). Entende-se a distinção do trabalhador nas interfaces da produção ampla, abrangente e flexível, possuindo apenas a um ser genérico, consciente que o homem enquanto homem só se dá nas relações sociais.

Para Karl Marx, trabalho é:

⁴ De acordo com Martins e Salomão (2018) as ideias liberais ou o liberalismo encontrou no Brasil um ambiente significativamente diferente daquele em que fora gestado. Se do ponto de vista econômico pode-se afirmar que o Brasil adotou, de fato, um modelo liberal, a realidade escravocrata não autorizava o estabelecimento pleno dessa ideologia no país. Fora de lugar, o liberalismo serviu aos interesses da elite rural, em primeiro lugar, e dos traficantes de escravos, fração de classe de poder ascendente no início do século XIX, em segundo. O liberalismo foi utilizado, inclusive, para justificar a manutenção do cativo. Tratando-se o escravo de um ativo do senhor, o direito de propriedade – fundamento basilar do liberalismo – deveria ser garantido e defendido, sob risco de se subverter a ordem estabelecida havia três séculos.

Atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição eterna da vida humana. (MARX, 1985, p.153).

Essa concepção de Marx (1985) faz lembrar Ramos (2010 *apud* MÉSZAROS, 1981). Em ambos, o conceito sobre a categoria trabalho se relaciona a mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e de objetivação da vida humana.

Em Ramos (2010) tem-se que a categoria trabalho possui duas dimensões, uma antológica e outra histórica. A primeira trata de uma *práxis* humana e, então, como forma pela qual o ser humano produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens, e nesse movimento produz saberes. Quanto à dimensão histórica ressalta-se o processo de transformação dos fenômenos mediante a dinâmica cultural embalada pelo passar do tempo.

O modo de produção capitalista na sociedade

Segundo Colao (2006) no modo de produção reside o básico da existência do ser humano sendo por meio disso que a mulher e o homem buscam maneiras de satisfazerem suas necessidades de existência, sobrevivência, criação, transformação da realidade que lhe dá abrigo.

De acordo com esse pensamento, no modo de produção estão as forças produtivas e as relações de produção, mas também, o ser social, a ciência, a arte, os valores e a cultura. Dialeticamente, pode-se dizer que no contexto dos modos de produção, existe um campo de disputa entre os opressores e os oprimidos.

Nessa mesma linha de pensamento, concebe-se:

[...] que o modo de produção não existe em oposição aos “fatores sociais”, e que a inovação radical de Marx em relação à economia política burguesa foi precisamente a definição do modo de produção e das próprias leis econômicas em de “fatores sociais”. (WOOD, 2003, p.31).

Diante da exposição de Wood (2003) nota-se que o modo de produção é uma espécie de objeto abstrato formal, ou seja, uma espécie de modelo para compreensão das formações socioeconômicas. A formação socioeconômica é a

condição social em essência real que teria vários modelos de produção com destaque para o dominante.

Para o paradigma dialético, “todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (MARX, 1985b, p.48). Sendo assim, uma sociedade baseada nas trocas, em que a estratificação social impera e classifica as pessoas por classes sociais, o modo de produção é capitalista cuja lógica é a redução do trabalhador a mero produto de troca, implicando a negação de sua existência de sua humanidade.

Harvey (1992) estabelece que o disciplinamento, demandado pelo capitalismo, objetiva a conformação de subjetividades flexíveis que se ajustem aos resultados do acelerado processo de destruição e reconstrução de habilidades, da terceirização, do crescimento dos níveis de desemprego estrutural, da redução dos salários, da desmobilização dos movimentos sindicais.

Considerando o discurso de Harvey (1992), indaga-se: Com esse disciplinamento posto pelo capital, a classe trabalhadora não ficaria cada vez mais submissa?

Em resumo, essas novas formas de disciplinamento buscam a submissão, por parte da classe trabalhadora, aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p.26).

Kuenzer e Grabowsk (2016) chama a atenção para os processos flexíveis que significa adaptação ao movimento mercadológico capitalista que inclui e exclui mediante interesses específicos. Na lógica da acumulação flexível prevalece a ideologia de que os trabalhadores que detêm competências técnicas científicas ocuparão postos altos de trabalho e os trabalhadores que não dispõem dessas competências trabalharão em atividades precarizadas.

A nova fase do capital é o tempo em que o capital retransfere o saber fazer para o trabalho apropriando-se de sua dimensão intelectual e transferindo a inteligência para as máquinas.

Na lógica do capital, o conhecimento científico e o saber laboral interligam-se como marcas fortes da sociedade capitalista contemporânea, acentuando, cada vez

mais, as discrepâncias do trabalho intelectual e do material, qualificando-os, entre superior e inferior.

Assim, compreende-se o trabalho intelectual anexado as tarefas práticas, a partir do vasto e qualificado arcabouço do saber escolarizado, o que não ocorre com uma parcela de trabalhadores, que executam conhecimentos tácitos sem muita sofisticação, em atividades laborais simples e sem qualificação (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

A premissa das atividades laborais simples e desprivilegiadas pelo capital serão os pressupostos, do próximo diálogo. A sessão irá problematizar os sentidos da fotografia que introduz o capítulo.

As impressões e os sentidos tecidos “entre as frutas e o dinheiro”

“Entre as frutas e o dinheiro...” título dado à fotografia de abertura do capítulo, teve sua gênese na disciplina “Processos Cognitivos”, ofertada no semestre 2019.1, junto às práxis do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN).

As primeiras orientações para o desenvolvimento dessa atividade acadêmica científica e cultural ocorreram na sala de aula, iniciando com um minicurso de fotografia. Depois, da imersão teórico-prática sobre o universo da fotografia, fomos orientados a fotografar por meio de *smartphone* uma cena do contexto histórico, social e cultural que dialogasse com o campo da educação social crítica. A produção fotográfica “Entre as frutas e o dinheiro...” foi escolhida para compor o acervo documental de exposição fotográfica, materializada no espaço do campus cidade alta do IFRN, na tarde do dia 24 de maio de 2019, na programação do evento de lançamento de obras da Editora do IFRN.

No minicurso de fotografia com *smartphones* oferecido como uma das atividades da disciplina “Processos Cognitivos”, aprendeu-se aspectos teóricos e práticos sobre produção fotográfica, tais como: definição do que é fotografia, como fotografar, técnicas de uso do *smartphones*, acessórios para boa fotografia (lentes, tripé, flash etc.), linguagem em fotografia, tratamento de imagem, direito de imagem, ética na fotografia, entre outros.

As impressões e os sentidos implicados entre as frutas e o dinheiro são metaforizados nas relações estabelecidas na historiografia do trabalho, executado nas feiras livres, cujas relações sociais se estabelecem nas trocas mercantis, alicerçadas na manutenção do capital, na qual só tem a mercadoria quem tem o dinheiro para comprá-la.

A fotografia faz ver o quanto a sociedade contemporânea tem desenvolvido novas formas de flexibilização do trabalho. Ou seja, o quanto que a precarização do trabalhador da informalidade é cotidiano.

Percebe-se na fotografia que as mesmas mãos que colhe os frutos, também manipula e vende. Essa mesma mão produz sustento, realimentando a entrada e a permanência da mulher no mundo do trabalho. Essa mesma mulher, traduz-se como uma lutadora, pois com força e coragem, acorda cedo, e vai à feira para realizar as suas trocas sociais (alimentos/dinheiro) interpretados aqui como trabalho.

A presença da mulher no campo de trabalho tem aumentado no mercado formal e informal. As donas de casa que são também “chefes de família”. A mulher feirante assume duas ou três jornadas de trabalho junto a sua família e muitas delas não compreendem que estão inseridas num contexto de exploração do trabalho e de discriminação social. Elas trabalham bem mais que os homens e recebem bem menos.

Aproximando as impressões e os sentidos tecidos na fotografia, articulados a teoria, pode-se dizer que o trabalho realizado pela mulher da imagem é um trabalho manual, localizado em uma feira livre no bairro do Planalto, na cidade de Natal-RN. O *lócus* da fotografia faz pensar se sempre as feiras livres foram espaços de trocas de mercadorias por dinheiro? E se o capital sempre foi o foco dessas relações sociais?

Historicamente, sabe-se que as feiras livres são formas tradicionais de realizar atividades comerciais de produtos agrícolas, pecuários, hortifrutigranjeiros que com a troca de excedente da produção, passaram a negociar em troca de dinheiro (SOUSA, 2004).

Antes da invenção da moeda, as primeiras feiras eram mobilizadas pela prática do escambo enquanto lógica de comércio baseada na troca de produtos. O

espaço da feira historicamente é organizado como lugar de sociabilidades, ponto de encontro e de repertório cultural.

Diante da compreensão sobre a fotografia, problematiza-se ainda sobre as oportunidades dada a essa trabalhadora, será que ela teve tempo de se escolarizar e de participar dos diálogos emancipatórios, capaz de potencializar a reflexão da cidadania e das condições de trabalho em que está submetida?

A imagem expressa à condição do trabalhador autônomo que luta por sua sobrevivência, localizado num contexto de desigualdade social, marcado pelas injustiças do sistema capitalista e desprovido dos direitos sociais essenciais para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo do capítulo possibilitam a compreensão da fotografia como linguagem artística composta por luz e cores, e é mais que isso: “[...] fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica” (MAUAD, 1996, p. 8).

A fotografia é descrita na historiografia (LE GOFF, 2003) como sendo um registro simultâneo envolvendo a imagem/documento e imagem/monumento. Nesse caso, pode-se dizer que a fotografia é índice, marca de uma materialidade do passado e também é símbolo quando é vista na tessitura imagem/monumento.

Através do registro fotográfico “Entre as frutas e o dinheiro...” estabelecem-se relações entre fotografia, outras fontes documentais, o dito e o não dito, cabendo ao pesquisador interpretá-las e dá sentido ao não dito.

Por meio da fotografia é possível estabelecer relações entre o passado e o presente, reconstruindo a história, como por exemplo, a historiografia do trabalho desde a escravidão até o trabalho assalariado com os homens livres, brancos e imigrantes, conforme expomos nas reflexões do capítulo.

A fotografia analisada expressa múltiplos sentidos e está intrínseca a relação com as categorias gênero, trabalho e capital. Os sentidos atribuídos dependem do lugar de fala dos sujeitos que contemplam a imagem, de forma que a subjetividade apresenta-se como elemento fundante no processo de interpretação.

Dito de outra forma, o capítulo é um exercício de indagação, pois muitas vezes as fotografias não falam por si só, por isso necessitam de um intérprete que problematize, faça perguntas e que apresente a fotografia como um produto cultural, fruto de um trabalho social e de produção semiótica, passível de críticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. *In*: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p.35-44.

COLAO, Magda Maria. O modo de produção: categoria do materialismo histórico. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.12, n.02, p.143-169, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2907/1543> Acesso em: 09 jun. 2019.

COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina Dala. Trabalho em Marx e serviço social. Ser. **Serviço social em revista**, v.12, n.1, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf Acesso em: 09 jun. 2019.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Historiografia e história da historiografia**: alguns apontamentos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 2015. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoS NH2015Historiografia.pdf Acesso em: 11 jun. 2019.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/USURIO~2/AppData/Local/Temp/KOSSOY-%20B.%20Historia%20e%20fotografia%20-%20cap.%20Fotografia%20e%20historia.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **HOLOS**, v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, v.16, p.25-38, fev. 1998. Disponível em: file:///C:/Users/Usuário/Desktop/História%20do%20Trabalho%20no%20Brasil_PUC.PDF Acesso em: 01 jun. 2019.

LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **Ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 341-364, maio, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2011v10n2p341/20912> Acesso em: 09 jun. 2019.

MARTINS, Raphael Castro; SALOMÃO, Ivan Colangelo. De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil oitocentista. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 40, p. 60-77, jul. 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6282> Acesso em: 16 jun. 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985a. Livro I, t. 1. (Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I Feuerbach). Tradução José Carlos Brunie Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf Acesso em: 10 jun. 2019.

RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-56.

SOUSA, L.G. **Memórias de economia**: a realidade brasileira. São Paulo: Eumed, 2004.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.